



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

ATA EXECUTIVA

Reunião Plenária Extraordinária

Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH

1
2
3

4 **Data:** 28 de abril de 2022

5 **Local:** Plataforma *Teams*, por videoconferência.


6 **Conselheiros pelo segmento Governo do Estado:**

- 7 • Luiz Ricardo Santoro, Secretário Executivo de Infraestrutura e Meio
8 Ambiente (SIMA);
9 • Luiz Eduardo de Oliveira Camargo, Secretaria de Habitação;
10 • Sérgio Luiz Damiati, representando a Secretaria da Educação;
11 • Luís Sérgio Ozório Valentim, representando a Secretaria da Saúde;
12 • Juan Tarsis Gimenes de Almeida, representando a Secretaria de Logística e
13 Transportes;
14 • Vinicius Schurgelies, Casa Civil.

15 **Conselheiros pelo segmento Municípios:**

- 16 • Raquel Chini, P.M. de Praia Grande (grupo 3º);
17 • João Carlos dos Santos, P.M. de Garça (grupo 6º);
18 • Eder Ruiz Magalhães de Andrade, P.M. de Sabino (grupo 7º).

19 **Conselheiros pelo segmento Sociedade Civil:**

- 20 • André Elia Neto, UNICA;
21 • Marcelo Rodrigues Sampaio, SINDIPEDRAS;
22 • Hugo Marcos Piffer Leme, ASSEMAE;
23 • Percy Soares Neto e Priscila Bezerra, ABCON;
24 • Luiz Pladevall, ABES/SP e Carlos Giampá, ABAS;
25 • Ester Feche Guimarães, AESabesp e Mateus Delatim Simonato, ABGE;
26 • Maria Luísa Taborda Borges Ribeiro, SOS Mata Atlântica;
27 • Claudio Bedran, Planeta Verde;
28 • Adriana Menezes da Silva, FAESP (ausência justificada).
- 



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

29 ● **Convidados com direito a voz:**

- 30 ● Antônio Cezar Leal, UNESP;
- 31 ● Rodolfo Scarati, USP;
- 32 ● Alexandra Faccioli Martins, Ministério Público do Estado de São Paulo;
- 33 ● Flavia S. Bueno, OAB/SP;
- 34 ● Gisele Novack Diana, PGE;
- 35 ● Neiroberto Silva, CREA-SP;
- 36 ● Carlos Roberto dos Santos, CETESB.

37 **Representantes dos Comitês e das Agências de Bacias Hidrográficas:**

- 38 ● Alvaro Yanagui e Mylenni Guerra Sugui - CBH-PP;
- 39 ● André L. Sanches Navarro - CBH-PCJ;
- 40 ● Caroline Túbero Bacchin e Jodhi Jefferson Allonso, CBH SMT;
- 41 ● Fátima Ap. Blockwitz - CBH-ALPA;
- 42 ● Helio Suleiman - Ag. AT;
- 43 ● Irene Sabatino - CBH - MOGI;
- 44 ● Jociani Debeni Festa e Fábio Pincinato - CBH LN;
- 45 ● Luciola G. Ribeiro - CBH-SJD;
- 46 ● Nei A. Ykeda - CBH RB;
- 47 ● Renato Crivellenti e Marisa Heredia - CBH-PARDO;
- 48 ● Sidney Felix Caetano - CBH BS;
- 49 ● Viviane Peres - CBH-SMG.

50 **1.Abertura.** Após constatado o quórum regimental, Luiz Ricardo Santoro,
51 Secretário Executivo de Infraestrutura e Meio Ambiente, SIMA, representando o
52 Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, Fernando Chucre,
53 agradeceu a presença de todos e deu início à reunião. Ricardo Santoro prestou
54 homenagens póstumas pelo passamento de Antônio Carlos Mendes Thame, ex-
55 presidente do CRH de 1999 a 2002, que teve importante participação no Sistema
56 Paulista de Recursos Hídricos. Foi comunicado que Marcos Penido passou a
57 integrar a Secretaria de Governo, por esta razão, foi nomeado Fernando Chucre,
58 arquiteto com ampla experiência na administração pública do Estado, para
59 assumir a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente de São Paulo, O
60 Presidente também homenageou Rui Brasil Assis, Secretário Executivo do CRH e
61 Coordenador de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, agora aposentado,
62 pelos seus anos dedicados ao Sistema Paulista de Recursos Hídricos e lhe



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

63 agradeceu pela dedicação e empenho ao longo destes anos. Igualmente, em
64 virtude de aposentadoria, o Presidente saudou Luiz Fernando Carneseca, que por
65 anos foi Secretário Executivo do CBH-AT e contribuiu ativamente no
66 desenvolvimento hídrico do Estado.

67 **2. Apreciação da Ata da reunião de 16/12/2021.** Após dispensada a leitura,
68 a Ata foi aprovada por unanimidade.

69 **3. Comunicações.** Iara Giacomini abordou o processo de elaboração das
70 tipologias dos SubPDCs, envolvendo representantes do CORHI e agentes técnicos
71 do IPT, CPLA e CFB. Os SubPDCs foram atualizados pela Deliberação CRH nº
72 246/21. Atualmente há 111 tipologias e 26 SubPDCs sendo que a etapa final
73 deste processo ocorrerá em maio deste ano para validação e posterior
74 encaminhamento ao COFEHIDRO. Laura informou que o Guia do Sistema
75 Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo foi
76 disponibilizado tanto no Facebook quanto no site do SIGRH. O seguinte informe
77 tratou da comemoração dos trinta anos da Lei nº 7663/91 - Política Estadual de
78 Recursos Hídricos - realizado pela Coordenadoria de Recursos Hídricos, onde foi
79 exibido o filme "Os Senhores da Água". Ricardo Santoro comentou sobre a
80 contratação dos serviços terceirizados de novos Agentes Técnicos para análise de
81 empreendimentos FEHIDRO. O processo está em andamento e aguardando a
82 publicação dos resultados da habilitação financeira.

83 **4. Deliberações:**

84 **4.1. Referendum à Deliberação CRH "AD REFERENDUM" nº 264, de 14 de**
85 **janeiro de 2022 que "Aprova constituição de Grupo de Trabalho para**
86 **acompanhamento da tramitação do Projeto de Lei Federal nº**
87 **4546/2021"**

88 Laura Stela informou que o PL nº 4546/21 foi elaborado pelo Ministério de
89 Desenvolvimento Regional. Foi constituído um Grupo de Trabalho com a
90 participação dos três segmentos do CRH, para acompanhamento/discussão e
91 apresentação de sugestões a este Projeto de Lei. A Deliberação publicada em
92 janeiro precisou ser trocada em virtude da substituição do Conselheiro Cesar
93 Martins Louvison, que deixou a Coordenadoria de Recursos Hídricos, por Iara
94 Bueno Giacomini da Coordenadoria de Recursos Hídricos, CRHi-SIMA, atual
95 Coordenadora da Câmara Técnica de Planejamento do GRH. A Deliberação foi
96 aprovada por unanimidade pelos presentes.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

97 **4.2. Deliberação CRH nº 265 que "Referenda a Deliberação CBH-AT nº**
98 **139, de 15 de dezembro de 2021 que "Rerratifica a Área de Restrição e**
99 **Controle para a captação e uso das águas subterrâneas no município de**
100 **São Paulo, na região de Jurubatuba e dá outras providências"**

101 Luciana M. Rodrigues, Coordenadora da CTAS, apresentou a Deliberação
102 informando que o documento foi elaborado no Grupo de Trabalho do CBH-AT,
103 onde foram acrescentadas algumas recomendações da Câmara Técnica de Águas
104 Subterrâneas, como, por exemplo: Diagnóstico hidrogeológico para identificar o
105 perigo de mobilização dos contaminantes entre o aquífero São Paulo e o cristalino,
106 indicando eventual necessidade de revisão no modelo de gestão da área de
107 restrição e controle na área do Jurubatuba; Proposta de implementação de
108 indicadores de avaliação de eficiência no modelo de gestão da área de restrição
109 e controle, bem como a definição de metas e prazos para o cumprimento de seus
110 objetivos; Implantação de sistema de informação georreferenciado com acesso
111 público pela internet além de ações que possam contribuir no aprimoramento da
112 gestão da área de restrição; Realização de análises clínicas por meio de
113 laboratórios acreditados pelo INMETRO, segundo resolução SMA nº100/13.
114 Mateus Simonato, ABGE, considerou que a Deliberação é um avanço no processo
115 de gestão pois contém inovações importantes que possibilitam a ampliação do
116 uso das águas subterrâneas, além disso, ponderou que tanto o Conselho quanto
117 o Sistema, como um todo, detêm papel crucial no estabelecimento das áreas de
118 restrição e controle. Cláudio Bedran, Planeta Verde, solicitou o aporte, com
119 possíveis contribuições no tema das águas subterrâneas, dos trabalhos da Eng^a
120 Leila Carvalho, DAEE, no Estado de São Paulo. A Deliberação foi aprovada por
121 unanimidade.

122 **4.3. Deliberação CRH nº 266 que "Estabelece diretrizes para o reuso**
123 **direto não potável de água proveniente de Estações de Tratamento de**
124 **Esgoto Sanitário (ETEs) de sistemas públicos para fins urbanos e dá**
125 **outras providências"**.

126 Luiz Fernando Carneseca, DAEE, apresentou a matéria relatando a proposta de
127 inclusão de novos "Considerandos", dentre eles, aquele que deixou de constar na
128 Resolução do Conselho Nacional-CNRH que disciplina a prática de reuso de
129 efluentes. As análises da CTUM e do CTAJI sugeriram a inclusão de uma
130 complementação no parágrafo único do artigo 1º, "excluindo ETES implantadas
131 por estabelecimentos comerciais e industriais", deixando claro que se referem às



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

132 ETEs operadas por empresas públicas ou privadas na área de saneamento. No
133 artigo 2º. inciso 1º foi proposta a adequação na definição, deixando claro que
134 tratam-se de águas de reuso para uso urbano, algo que não constava no
135 documento 204. A última alteração sugerida foi na redação do artigo 8º para
136 explicitar a questão da cobrança, ou sua isenção, para produtores de água de
137 reuso. Na sequência, os Conselheiros Luís Sérgio Valentim, Secretaria da Saúde,
138 Gilmar Ogawa, FAESP, Antônio Cezar Leal, UNESP, e a Promotora Alexandra
139 Faccioli, Ministério Público do Estado de São Paulo, debateram o tema
140 considerando as atividades contempladas no emprego da água de reuso tanto no
141 uso urbano quanto na irrigação paisagística. Sobre este assunto, Laura Stela
142 esclareceu que está sendo desenvolvido um estudo específico na CETESB, que
143 será publicado em breve. Mediante consenso entre os debatedores e após
144 intervenção da Dra. Alexandra Faccioli, foi redigida nova redação tanto no caput
145 do artigo 3º quanto em seu terceiro parágrafo. Ao final destas considerações a
146 Deliberação foi aprovada por unanimidade e será disponibilizada no *website* do
147 SIGRH, <https://sigrh.sp.gov.br/deliberacoes>.

148 **4.4. Deliberação CRH nº 267 que "Aprova a Autoavaliação do Estado de**
149 **São Paulo referente ao alcance das Metas de Gestão de Águas no âmbito**
150 **do Sistema Estadual, referentes ao 2º período de certificação (2021) do**
151 **2º ciclo do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das**
152 **Águas PROGESTÃO e dá outras providências".**

153 Laura Stela ofereceu breves esclarecimentos sobre o papel do Progestão, como
154 do enquadramento do Estado de São Paulo na tipologia "D", considerada a de
155 maior complexidade. Ricardo Mangabeira, CRHi, apresentou a Autoavaliação do
156 Estado de São Paulo destacando cada campo pormenorizadamente aos presentes
157 na reunião. Ao final, a Deliberação foi aprovada por unanimidade.

158 **4.5. Deliberação CRH nº 268 que "Atualiza a Programação do CAPACITA-**
159 **SIGRH para o período 2022".**

160 Sobre o Programa CAPACITA-SIGRH, Laura Stela mencionou que este programa
161 foi criado a partir de uma ação da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente,
162 conduzido pela CRHi, tendo como objetivo oferecer cursos a todos os
163 participantes do Sistema de Recursos Hídricos de São Paulo. O Capacita conta
164 com financiamento do PROGESTÃO e atende a uma das metas exigidas que era
165 a de "capacitação em recursos hídricos". Iara Giacomini apresentou o balancete



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

166 do Programa Capacita informando que, no momento, há um saldo de
167 aproximadamente 2,4 milhões de reais que serão usados em pagamentos ao
168 SENAC, FUMEP e ao IPT atinente ao Ciclo II. A Deliberação também aprovou a
169 atualização da programação quadrienal e metas para o período de 2022. A
170 consulta deste material ficou disponível aos interessados por meio do link
171 <https://sigrh.sp.gov.br/deliberacoes>. A Deliberação foi aprovada por
172 unanimidade pelos presentes.

173 **4.6. Deliberação CRH nº 269 que "Referenda o Plano de Trabalho 2022 e**
174 **o Relatório de Atividades 2021 do CRH, em atendimento às exigências do**
175 **Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias**
176 **Hidrográficas-PROCOMITÊS da Agência Nacional de Águas e**
177 **Saneamento Básico - ANA".**

178 Neste momento, Laura Stela esclareceu que o Programa Nacional de
179 Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas - PROCOMITÊS - é outro
180 programa oferecido pela ANA que tem como objetivo o de contribuir para o
181 aperfeiçoamento da atuação dos Comitês de Bacia, por meio de repasses ao
182 Estado, proporcionando um maior fortalecimento da estrutura dos CBHs. Bruno
183 Souza, CRHi, apresentou aspectos gerais sobre o PROCOMITÊS onde abordou o
184 Relatório de Atividades 2021 e o Plano de Trabalho para 2022, que foram
185 aprovados conforme os parâmetros exigidos pela ANA. A Deliberação foi aprovada
186 por unanimidade pelos presentes.

187 **4.7. Deliberação CRH nº 270 que "Aprova emendas ao Projeto de Lei**
188 **Federal nº 4.546/2021 que institui a Política Nacional de Infraestrutura**
189 **Hídrica".**

190 Ricardo Santoro informou que este PL foi enviado ao Congresso Nacional, via
191 Ministério do Desenvolvimento Regional, sem que houvesse discussões prévias
192 sobre o tema. Diante deste fato, na última reunião do CRH, foi criado um Grupo
193 de Trabalho específico para que o assunto fosse melhor debatido. Agora, estas
194 contribuições serão encaminhadas ao MDR, via CNRH. Iara Bueno contextualizou
195 as ações do GT Marco Hídrico frente ao Projeto de Lei Federal nº 4.546/2021. O
196 Grupo de Trabalho realizou quatro reuniões onde recebeu contribuições por parte
197 do Fórum Nacional de CBHs e do DAEE, sendo posteriormente complementado
198 pelas sugestões da AESABESP, que é a representante na CTPLAN. Foi exposta a
199 minuta de Deliberação nº 270/22 propondo alteração, por meio de emendas, em



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

200 10 dos 53 artigos. O material foi exibido a todos os presentes na reunião e ficará
201 disponível para consultas no sítio eletrônico do SIGRH. Maria Luísa Ribeiro,
202 Fundação SOS Mata Atlântica, parabenizou o Grupo de Trabalho e justificou que
203 a sua entidade não contribuiu com a redação pois o encaminhamento das
204 propostas de emendas será no âmbito do Congresso Nacional. Hélio Suléiman,
205 FABHAT, corroborou pela manutenção do que fora acordado nos Fóruns
206 Estaduais, bem como no Fórum Paulista, mantendo firme posição de rejeição ao
207 PL, conforme constam nos anexos da planilha da proposta do GT-Marco Hídrico,
208 incluindo todas as justificativas que deverão ser utilizadas, com elementos
209 técnicos, para novos diálogos com a bancada paulista no Congresso. Os principais
210 pilares que deverão receber maior atenção são os seguintes: (i) o PL fere a
211 autonomia dos Comitês de Bacia; (ii) é necessário amplo debate sobre a questão
212 da cessão onerosa, considerando devidamente os seus impactos e; (iii) analisar
213 a questão das regulações. A Promotora Alexandra Facciolli, MP, disse que "[...] a
214 leitura de todas essas emendas propostas por si só já demonstra a inviabilidade
215 do projeto ser aprovado na forma como se encontra, então concordo com o
216 posicionamento, no sentido de que, o encaminhamento de emendas pressupõe o
217 aceite de viabilidade". A seguir, a Dra. Alexandra sugeriu a não aprovação
218 da presente Deliberação e destacou a importância do envio de Nota Técnica de
219 repúdio ao PL, tal como se encontra, face aos prejuízos causados ao Sistema de
220 Gerenciamento de Recursos Hídricos, sobretudo, ferindo a autonomia dos CBHs.
221 Malu Ribeiro reiterou que o momento político não era adequado para discutir as
222 emendas e solicitou a retirada da Deliberação desta pauta, mas concordou que a
223 manifestação deveria ser realizada por meio de Nota Técnica. Gilmar Ogawa,
224 FAESP, foi contrário à retirada de pauta das contribuições oferecidas pelo GT, pois
225 deveriam aproveitar a oportunidade de manifestação, uma vez que a tramitação
226 do PL seguirá e, por isso, a omissão de manifestação causaria mais prejuízos do
227 que benefícios. A Promotora Alexandra Facciolli parabenizou a todos pelo debate
228 democrático sobre este assunto e concordou que o trabalho do GT não poderia
229 ser desperdiçado, haja vista sua grande relevância durante o andamento do
230 processo de tramitação do PL. Malu Ribeiro esclareceu, dentre outros pontos, que
231 a intenção não é se desfazer do trabalho realizado pelo Grupo de Trabalho, como
232 fora aventado por Gilmar Ogawa, no entanto, como permaneceu a indefinição
233 sobre qual seria a melhor forma de se encaminhar este documento, via Nota
234 Técnica, Deliberação sem as emendas ou Moção de Repúdio, foi reiterada a opção
235 de se retirar a Deliberação desta pauta de reunião para que venha a ser objeto
236 de debates no próximo encontro do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

237 Laura Stela propôs que o documento técnico fosse elaborado pelo próprio GT, em
238 função das discussões que ocorreram, solicitando ao Ministério do
239 Desenvolvimento Regional e ao CNRH prazo adicional para o seu
240 encaminhamento. Em consenso, os Conselheiros passaram a trabalhar na
241 redação de Moção Contrária ao Projeto de Lei Federal nº 4.546/2021 que também
242 conterá a Nota Técnica elaborada pelo GT criado para este fim. Ficou definido que
243 a Dra. Alexandra Facciolli, MP, auxiliaria no processo de elaboração do texto final.
244 Ao final Presidente colocou em votação e todos concordaram com os
245 encaminhamentos propostos <https://www.sigrh.sp.gov.br/crh/deliberacoes>

246 **6.Assuntos Gerais.**

247 Laura Stela solicitou ao GT Marco Hídrico para que se manifestasse sobre os
248 Projetos de Lei 119 e 146 que tramitam na Assembleia Legislativa de São Paulo,
249 por serem afetos ao Sistema de Recursos Hídricos, notadamente, no que diz
250 respeito à adequação da composição dos Comitês de Bacia e à Política Segurança
251 Hídrica, para que o CRH possa futuramente se pronunciar sobre o assunto.

252 **7.Encerramento.** Tendo sido cumprida a pauta e não havendo mais itens
253 pendentes Luiz Ricardo Santoro, Secretário Executivo de Infraestrutura e Meio
254 Ambiente, agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a reunião. A
255 redação final das Deliberações da reunião, aprovada pelos Conselheiros será
256 publicada, como de praxe, no DOE e no sítio do SIGRH,
257 <https://sigrh.sp.gov.br/deliberacoes>. Esta Ata é um resumo dos registros e das
258 notas taquigráficas desta reunião Extraordinária.

259 **Luiz Ricardo Santoro**

260 Secretário Executivo de Infraestrutura e Meio Ambiente